

SINDICATO CIDADÃO SINDICATO DE TODOS

A questão da violência contra a mulher é uma preocupação do Sindicato. A entidade pratica cidadania desde a sua fundação, há 89 anos, com a atuação de seus dirigentes sindicais e manifestos, atos, seminários, intervenções



junto ao governo federal, estado e município por meio de muitos debates e ações.

Vamos às ruas, com bandeiras, faixas, e muito mais que isso, com informação para lutar pela igualdade de oportunidades, por ações que começam em casa, no trabalho e permeiam toda a sociedade, como as relações compartilhadas nas tarefas domésticas, nos cuidados e na educação dos filhos. É com equilíbrio comportamental, quebra de barreiras arcaicas, luta numa sociedade moderna de homens e mulheres juntos, que construímos pilares para um novo mundo, sem violência e com fortalecimento da justiça social.

A Lei Maria da Penha sempre foi uma das bandeiras do Sindicato. Após sancionada, sua aplicação é uma das preocupações da entidade. O debate da imagem da mulher na mídia também é feito pelo movimento sindical. A partir da discussão e da troca de ideias, homens e mulheres saem mais fortalecidos e a atuação contra a violência ganha mais peso.

A responsabilidade da luta por um mundo melhor, pelo fim da violência contra a mulher é do movimento sindical, é de toda a sociedade, é sua também!



O AGRESSOR PODE ESTAR DENTRO DE CASA

Desde a criação da Lei Maria da Penha, de 2006 a 2012 o Disque 180 registrou 2,7 milhões de atendimentos em todo o país. No primeiro semestre deste ano foram 388,9 mil atendimentos, dos quais 47,5 mil foram relatos de violência física. A violência psicológica também foi denunciada em 12,9 mil dos registros no período. Foram 5,7 mil chamadas relacionadas à violência moral e 915 à sexual. Os dados revelam ainda que em 66% dos casos os filhos presenciavam as agressões contra as mães.

Diante dos dados alarmantes, a situação se agrava: os companheiros e cônjuges continuam sendo os principais agressores e correspondem a 70% das denúncias até agosto de 2012. Ex-marido, ex-namorado, ex-companheiro são responsáveis por 89% das queixas de agressões no mesmo período.

Dê um basta na violência contra a mulher. Espalhe entre os amigos o Disque 180.

FETEC
BANCÁRIOS CUT SP



Sindicato dos Bancários e Financeiros
de São Paulo, Osasco e Região CUT

www.spbancarios.com.br

novembro/2012



25 DE NOVEMBRO

**Dia Internacional pela
Eliminação da Violência
Contra a Mulher**

Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher

O dia 25 de novembro foi instituído pela Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. A data foi definida em dezembro de 1999 e a ONU convidou governos, organizações internacionais e não-governamentais a promover neste dia atividades de sensibilização da opinião pública sobre o problema da violência contra a mulher. Todos os anos, acatando a orientação da ONU e por lutar por um mundo melhor, entidades sindicais, entre elas o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e a Fetec-CUT/SP, desenvolvem atividades e debates sobre o assunto.



SEIS ANOS DA LEI MARIA DA PENHA

No dia 7 de agosto deste ano, uma das mais importantes leis brasileiras completou seis anos de existência. A Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e mudou a realidade da população e do Judiciário diante de ações antes tratadas como questões domésticas. Hoje, não restam dúvidas de que o país considera que se trata de um crime.

Mas ainda faltam muitos avanços para a aplicação da Lei se consolidar. O governo federal e o sistema judiciário assinaram um acordo na tentativa de dar mais rapidez ao julgamento de casos de violência contra as mulheres. Outros problemas, além do âmbito jurídico, atrapalham a diminuição dos números de violência. Menos de 10% das cidades brasileiras têm delegacias especializadas no combate à violência contra a mulher. Falta investimento por parte do poder público para campanhas, criação de promotorias, contratação de funcionários capacitados para lidar com o problema. Os municípios, por exemplo, não destinam verbas próprias para combater tais crimes.



CPMI DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Desde 8 de fevereiro uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) investiga a violência contra a mulher. A comissão é formada por 24 senadores e 24 deputados que vêm realizando audiências em estados brasileiros para questionar o papel de órgãos públicos e também no cumprimento da Lei Maria da Penha.

Neste mês de novembro, o cronograma da CPMI aponta a realização de reuniões no Rio de Janeiro, Ceará, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Distrito Federal.

Em São Paulo, a audiência pública foi realizada na Assembleia Legislativa, no dia 29 de junho. Movimentos sociais, dirigentes do Sindicato dos Bancários e da CUT-SP e de outras entidades sindicais lotaram a casa. O estado de São Paulo foi questionado sobre os números da violência e a falta de prevenção, apuração dos casos, punição, atendimento às vítimas etc. No entanto, alguns dos convocados não compareceram e serão chamados em audiências em Brasília.

O relatório da CPMI, presidida pela deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG) e relatada pela senadora Ana Rita (PT-ES), deve ser concluído e entregue em dezembro.

Além de ajustes na Lei Maria da Penha, a CPMI da Violência contra a Mulher está reavaliando toda a legislação em vigor e os 47 projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados (36) e no Senado (11) que tratam do tema.